

A ditadura Militar e os religiosos que mudaram de lado - o caso Dom Gregório Warmeling

Eliton Felipe De Souza¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v14i42.57691>

Resumo: Esse artigo pretende apresentar a mudança de atitude de membros da Igreja Católica durante a ditadura militar. É sabido que o posicionamento oficial da instituição era de apoio ao regime, porém, conforme a repressão e a violação dos direitos humanos aumentava, criava-se um ambiente propício para a transição no pensamento religioso. Para compreender esse processo, foi realizada a análise de documentos produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de material publicado na imprensa, bem como a revisão bibliográfica do tema. Esse trabalho tem como foco o caso do Bispo de Joinville, SC, Dom Gregório Warmeling, apoiador da ditadura, mas que permitiu e apoiou religiosos progressistas enfrentando a cúpula do governo, demonstrando que, apesar de estar à frente de seus fiéis como liderança representativa da ditadura, conforme a repressão crescia, o religioso ia se posicionando ao lado da resistência na luta pelos direitos humanos.

Palavras-Chave: Religião e Direitos humanos; Religião e Ditadura Militar Brasileira; Joinville; Igreja Católica

The military dictatorship and the religious who changed sides: the case of Dom Gregório Warmeling

Abstract: This article tries to present the change of attitude of the members of the Catholic Church during the military dictatorship. It is known that the official position of the institution was in support of the regime, however, as repression and the violation of human rights increased, an environment conducive to the transition in religious thought was created. To understand this process, an analysis of documents produced by the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) and material published in the press

¹ Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2015) e graduação em História pela Universidade da Região de Joinville - Univali (2008). É professor celetista na Universidade do Vale do Itajaí - Univali, em Tijucas/SC.

was carried out, as well as a bibliographic review on the subject. This work focuses on the case of the bishop of Joinville, SC, Dom Gregório Warmeling, a supporter of the dictatorship, but who allowed and supported progressive religious against the government, showing that, despite being ahead of his faithful as a leader representative of the dictatorship, as repression grew, the religious sided with the resistance in the fight for human rights.

Keyword: Religion and Human Rights; Religion and Brazilian Military Dictatorship; Joinville; Catholic Church

La dictadura militar y los religiosos que cambiaron de bando: el caso de Dom Gregório Warmeling

Resumen: Este artículo pretende presentar el cambio de actitud de los miembros de la Iglesia Católica durante la dictadura militar. Se sabe que la posición oficial de la institución era de apoyo al régimen, sin embargo, a medida que aumentaba la represión y la vulneración de los derechos humanos, se creaba un ambiente propicio para la transición en el pensamiento religioso. Para comprender este proceso, se realizó un análisis de documentos producidos por la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) y material publicado en la prensa, así como una revisión bibliográfica sobre el tema. Este trabajo se centra en el caso del obispo de Joinville, SC, Dom Gregório Warmeling, partidario de la dictadura, pero que permitió y apoyó a los religiosos progresistas frente al gobierno, demostrando que, a pesar de estar por delante de sus fieles como líder representativo de la dictadura, a medida que crecía la represión, los religiosos se ponían del lado de la resistencia en la lucha por los derechos humanos.

Palabras Clave: Religión y Derechos Humanos; Religión y Dictadura Militar Brasileña; Joinville; Iglesia Católica

Recebido em 05/02/2021 - Aprovado em 18/12/2021

Introdução

Em 31 de março de 1964, quando o golpista, General de Divisão Olímpio Mourão Filho², colocou militares em marcha em direção ao estado da Guanabara, dando

Além disso, foi professor de história e sociologia nas redes pública estadual e municipal da cidade de Joinville/SC. E-mail: elitonfelipe@gmail.com

² Olímpio Mourão Filho nasceu em Diamantina (MG), em 9 de maio de 1900, tornou-se aspirante-a-oficial da arma de infantaria designado para o 12º Regimento de Infantaria (12º RI). Serviu no 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis, e participou da repressão à Revolta Paulista, de 1924.

início a derrubada do governo do presidente João Goulart, as tropas sob seu comando foram recebidas com euforia pelo presbítero de Petrópolis, um padre e professor universitário catarinense, que via nos militares a esperança de salvação para o país e que mantinha “discordância com os movimentos que tentaram alterar o status quo e apoiavam as Reformas de Base” de Jango. O seu posicionamento “estava alinhado com a ideologia [...], cristã da época, [...] contra os movimentos de esquerda de inspiração comunista” (LANZA, 2008, p. 04). O então empolgado religioso viria a ser conhecido como Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal da Igreja Católica e um dos principais opositores e denunciadores da violência do regime. Responsável pela publicação do *Dossiê Brasil Nunca Mais*³, que escancarou as violações de direitos humanos da ditadura.

É emblemático que o primeiro religioso católico a corroborar o golpe de Estado e a apoiar os militares golpistas tenha sido reconhecido como a principal liderança católica na luta pelo fim da ditadura. É possível depreender dessa situação que o poder de alcance da luta do Cardeal era proporcional ao papel que este desempenhava junto à

Nos anos seguintes, foi galgando postos na hierarquia militar até ser promovido a capitão em agosto de 1931, após apoiar a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Em 1932, participou da repressão à Revolução Constitucionalista, mesmo ano em que ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB). Conciliando a carreira militar com a fascista, organizou a milícia integralista nos moldes do Exército, dando-lhe uma estrutura paramilitar. Em 1937, chefiando o serviço secreto da AIB e servindo no Estado-Maior do Exército, elaborou o Plano Cohen. Mesmo após a revelação da fraude, Mourão Filho seguiu galgando cargos na carreira militar até chegar ao posto de general-de-exército, em abril de 1964, ano em que assumiu como ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Em março de 1969 aposentou-se da presidência do STM, que ocupava desde 1967 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de maio de 1972. Ver mais em FGV-CPDOC (2021).

³ Desenvolvido em parceria com mais dois religiosos, o Rabino Henry Sobel e o Pastor presbiteriano Jaime Wright, o Projeto Brasil: Nunca Mais se debruçou sobre mais de 850.000 páginas de 710 processos do Superior Tribunal Militar (STM) produzidos entre 1961 e 1979. Foram quase seis anos de trabalho, entre 1979 e 1985, visando impedir que os processos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, apresentar informações sobre as torturas ocorridas nos porões do Estado e o desenvolvimento de uma educação em direitos humanos. O resultado foi a criação de um relatório (acessível on-line) e do lançamento do livro *Brasil Nunca Mais: Um relato para a história*, pela Editora Vozes, da Igreja Católica, assim como os 12 volumes que formam a coleção completa do projeto. Esse material teve papel fundamental na denúncia das perseguições, torturas, assassinatos, e desaparecimentos forçados pelo Estado, além da identificação dos agentes públicos envolvidos no processo. Sem precedentes na história do país e na luta contra regimes autoritários, o Projeto Brasil Nunca Mais fez de Dom Paulo, o presbítero que abençoou o regime e o golpe de Estado, um dos mais importantes opositores à ditadura e lutadores pelos Direitos Humanos do Brasil. O Projeto B do Brasil Nunca Mais, que deu origem ao livro de mesmo nome, vinha com um prefácio de Dom Paulo e teve uma vendagem inimaginável para a época, eu mesmo, enquanto escrevo esse artigo, olho para o meu exemplar, 6ª edição, de 1985, sendo que a primeira fora lançada em 15 de julho daquele mesmo ano. Foram milhares de cópias vendidas por todo o país e a pá de cal em um regime que agonizava em seus últimos momentos de vida.

Igreja e ao fato de ser uma figura pública conhecida nacionalmente. No entanto, foram vários os casos Brasil afora de clérigos que mudaram de lado e se empenharam em combater a ditadura.

No Sul do Brasil, em Joinville, SC, por exemplo, outro religioso católico catarinense se regozijou com a possibilidade de transição política pela qual o Brasil poderia passar após o golpe. Quando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu na cidade, em 24 de abril de 1964, já com os militares no poder, o Bispo Diocesano, Dom Gregório Warmeling, se fazia presente discursando em nome da Igreja: “É com este espírito otimista, com os olhos voltados para o futuro da Pátria, é com prazer que falo nesta hora em Joinville cumprimentando as Forças Armadas [FFAA], corporizadas neste 13º [Batalhão de Caçadores] B.C⁴, patrimônio da cidade” (WARMELING, 1964, p. 01-02 apud SOUZA, 1998, p. 61).

No discurso, o bispo de Joinville reforçava a ideia do perigo vermelho que rondava o país e ameaçava a tradicional família brasileira, bem como os valores cristãos. Era preciso, de acordo com o religioso, lutar contra o comunismo e estabelecer fortes estruturas políticas que favorecessem os mais necessitados. Dom Gregório via no regime militar essa força.

Em 1964, quando os militares defenestraram a frágil democracia brasileira, a Igreja Católica estava dividida e polarizada. A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, era um reflexo disso. Desde a sua fundação, a instituição era dirigida por religiosos progressistas, como Dom Hélder Pessoa Câmara⁵, Secretário Geral

⁴ Atual 62º Batalhão de Infantaria (62BI)

⁵ Em 1932, ainda como Padre Hélder Pessoa Câmara, uniu-se à fascista AIB, assumindo a chefia do setor de educação da instituição no Ceará. Em 1933, a pedido do arcebispo de Fortaleza, percorreu o estado fazendo campanha eleitoral e elegendo seus seis candidatos. Após as eleições de 1934, assumiu o cargo de diretor do Departamento de Educação do Ceará e, em 1936, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Em 1937, a convite de Plínio Salgado, passou a fazer parte do conselho supremo da AIB. Em 1952 chegou do Vaticano a permissão para a criação da CNBB. Naquele mesmo ano, o padre Hélder foi eleito bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Criada a CNBB, em outubro de 1952, foi eleito secretário-geral da organização, emergindo como o líder de fato da Igreja brasileira. Em 1955 foi promovido a arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. Em março de 1964 foi transferido para Pernambuco, após divergências com dom Jaime Câmara. Como arcebispo de Olinda e Recife e já afastado do grupo fascista do qual fizera parte, foi acusado pelos militares de proteger padres suspeitos de subversão, em 1966 recusou-se a celebrar missa em comemoração ao aniversário do Golpe de Estado e passou a ser acusado de esquerdista. Em agosto de 1967, discursou na Assembléia Legislativa de Pernambuco por uma América Latina livre política e economicamente. Em maio de 1970, dom Hélder fez uma conferência em Paris para milhares de pessoas, denunciando casos de tortura de presos políticos no Brasil, comprovados pela Comissão Internacional de Juristas. No dia 15 de julho de 1985, aposentou-se do cargo de arcebispo de Olinda e Recife. Na ocasião, elogiou o Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney,

entre 1952 e 1964. O grupo chegou a emitir, em 25 de setembro de 1962, como resultado da 5ª Assembleia Geral Ordinária, o *Plano de Emergência*. Nele, ainda que acusando o “perigo vermelho”, os bispos apoiavam abertamente as Reformas de Base propostas por João Goulart:

Às autoridades incumbe deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, por meio de Sindicatos, na direção das greves de protesto [...]. Daí saudarmos, com alegria, as Reformas de base que passaram a ser anseio de todos os responsáveis — Poderes da República, Partidos Políticos, Classes Dirigentes. Em breve sugeriremos, a propósito de Reformas tidas, com razão, como inadiáveis — Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Eleitoral, Reforma Administrativa —, não indicações técnicas que nos escapam, mas diretrizes doutrinárias, aplicadas a nosso tempo e a nosso meio (CNBB, 1962, p. 99).

No entanto, havia força na ala conservadora e, como em todo jogo político, entre os dois grupos estavam os moderados, religiosos que formavam uma espécie de Centrão da Igreja Católica. Se parte dos bispos assumiram “uma posição nítida em relação à luta de classes: em que não era possível negá-la e não tomar partido em favor das classes exploradas” (LANZA, 2008, p.01), como pode ser verificado em outro trecho do *Plano de Emergência*:

Às forças produtoras do País, mais que um apelo, dirigimos serena advertência, no sentido de compreenderem a gravidade da situação e buscarem os verdadeiros fins do Capital e do Trabalho, que não podem servir apenas aos interesses de grupos privilegiados, mas ao bem de toda a comunidade, no desenvolvimento progressivo e equânime do País, ao bem-estar das diferentes camadas sociais. É preciso pôr cobro, nesta Pátria tão rica e tão boa, ao quadro deprimente das filas para a aquisição de gêneros de primeira

ressaltando que este não seria suficiente. Dom Hélder faleceu em Recife em 27 de agosto de 1999. Ver mais em Veloso (2021).

necessidade, quando todos sabemos que não falta feijão, nem açúcar, nem arroz (mas, espírito público e limite à sede insaciável de lucros desonestos) (CNBB, 1962, p. 104-105).

Por outro lado, enquanto as lutas pelas reformas de Base ganhavam tração entre grupos como os camponeses, os estudantes, os trabalhadores urbanos e os intelectuais, exigindo do governo a realização da Reforma Agrária, bem como uma nova estrutura educacional e a regulamentação da remessa de lucros ao estrangeiro, a cúpula da Igreja Católica se via ameaçada e “acusava o Presidente João Goulart de ter tendências comunistas” (LANZA, 2008, p. 02). Esse crescimento do apoio às reformas levou os moderados para o lado dos conservadores e esses se estabeleceram como a maior força política na CNBB. O resultado dessa mudança foi vista na publicação de carta em apoio aos militares, em em 29 de maio de 1964:

De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (CNBB, 1965, p. 245).

Apesar da posição prioritariamente favorável aos militares, que “atendendo à geral e angustiada expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra” (CNBB, 1965, p. 244). A nota trazia implícito, no entanto, o posicionamento dos progressistas ao afirmar que a instituição não se curvaria “às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar à nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça” (CNBB, 1965, p. 246-247).

Em 2014, 50 anos depois do início da ditadura, a CNBB reconheceu que errou ao apoiar o golpe, no entanto, manteve o tom de salvação do país contra o perigo comunista e não assumiu o papel institucional da Igreja na manutenção dos militares no poder:

Se é verdade que no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos (CNBB, 2021).

Por todo o país, clérigos pertencentes à ala conservadora da Igreja Católica conduziam o rebanho na direção exigida pelos militares, mas conforme a repressão e a violência cresciam, alguns religiosos começavam a mudar de lado, apoiando como podiam aqueles que de alguma forma resistiam à ditadura. Entre esses religiosos estava o bispo da Diocese de Joinville, Dom Gregório Warmeling, que será o foco principal deste trabalho.

É possível perceber essa transição ao observarmos a documentação da época. Nos primeiros discursos de Warmeling, publicados nos jornais da região ainda em abril de 1964, por exemplo, a postura do religioso era de euforia e de expectativa com o novo governo. No entanto, as atitudes que o clérigo fora adotando no decorrer dos anos da ditadura demonstram uma clara insatisfação e a articulação em oposição ao regime militar.

1. Dom Gregório Warmeling - o bispo de Joinville

“O desaparecido transforma-se numa sombra
que ao escurecer-se vai encobrendo a última
luminosidade da existência terrena.”
CARDEAL ARNS

Nascido em São Ludgero, no dia 17 de abril de 1918, Dom Gregório ingressou no Seminário de Azambuja, em Brusque, Santa Catarina, aos 12 anos. Até 1933 cursou estudos secundários quando ingressou na Congregação Mariana, recebendo a batina eclesiástica em 08 de dezembro de 1934. Em 1935, iniciou estudos para o sacerdócio, cursando filosofia. Em agosto de 1941, foi ordenado diácono e já no mês seguinte recebeu a ordenação sacerdotal e duas semanas depois foi nomeado coadjutor na Paróquia Santíssimo Sacramento, de Itajaí. Ordenado presbítero em 5 de setembro de 1943, tornou-se pároco da paróquia Santo Antônio, em Laguna, em 23 de janeiro de

1948, e o segundo bispo diocesano de Joinville⁶, em 3 de abril de 1957, função que ocupou até o dia de sua renúncia, no aniversário de 143 anos da cidade, em 09 de março de 1994.

Com forte ascendência germânica, a Joinville que Dom Gregório conheceu, teve o processo de colonização iniciado em março de 1851, pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, contando com a chegada de alemães, suíços e noruegueses, que se reuniram aos portugueses e indígenas que já estavam pela região. Não à toa, o *Deutschtum*⁷ ainda estivesse fortemente presente e fosse fundamental para a formação da sociedade conservadora joinvilense. Tendo destacada vocação industrial, dada a diversidade de profissionais chegados da Europa, a cidade assistiu ao crescimento das empresas familiares e da classe operária, que reivindicava melhores condições de trabalho, desencadeando a primeira grande greve, em 1917, como parte das greves nacionais ocorridas naquele momento:

O crescimento da organização dos trabalhadores como classe levou à criação do Congresso dos Operários de Joinville, em 16 de Janeiro de 1934. Porém, o que deveria dar início a uma organização sindical combativa em prol dos direitos trabalhistas, na verdade, foi o surgimento de um Sindicato Amarelo⁸, o que teve papel importantíssimo na propagação do município como local ordeiro e de trabalhadores disciplinados (SOUZA, 2014, p. 69-70).

Tal situação político-social possibilitou a ascensão de ideias autoritárias e a consequente eleição de um governo integralista em 1936, sob o comando do prefeito Aristides Largura.

⁶ A Diocese de Joinville, bem como a de Lages foram criadas em 17 de janeiro de 1927, pela Bula Pontifícia *Inter praecipuas* do Papa Pio XI. Além delas, a antiga diocese de Florianópolis foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana. Com todos os desmembramentos que ocorreram nos últimos quase 100 anos, a Diocese de Joinville abrange ainda 18 municípios da região Norte de Santa Catarina, estando dividida em seis comarcas, com 65 paróquias e mais de 1 milhão e 700 mil pessoas.

⁷ Sentimento de pertencimento à comunidade nacional alemã, mesmo que o indivíduo não possua nacionalidade europeia, mas tenha ascendência germânica e identifique-se e compartilhe dos valores culturais da Alemanha de ontem e de hoje.

⁸ Sindicatos que não agiam de forma a enfrentar o poder dos patrões em prol dos trabalhadores.

O advento do Estado Novo e com ele o início da Campanha de Nacionalização, mudaram o cenário político joinvilense. Clubes e instituições culturais de influência germânica foram fechados pelo governo e o *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia) – de maior circulação na região – passou a ser publicado em língua portuguesa. No entanto, os interesses da burguesia joinvilense não foram afetados e o tecido social da cidade foi se consolidando de maneira cada vez mais conservadora nos anos seguintes. O golpe de 1964, inclusive, teve forte recepção por parte do empresariado da cidade e, num primeiro momento, apoio direto das autoridades católicas do município. Dom Gregório assumira o bispado em uma cidade que ficaria conhecida e reconhecida por seu apreço ao governo militar:

Ao que parece, em grandes centros urbanos no Brasil a recepção aos ditadores não foi a mesma que em Joinville, onde sempre se garantiu calor popular nessas recepções, sobretudo no auge do regime. Castelo Branco foi o patrono da tradicional Festa das Flores, Costa e Silva reinaugurou o hospital municipal. [...] Médici visitou a cidade em férias (1974) na companhia da esposa e foi fotografado pela imprensa local dando autógrafos. A primeira vez que esteve na cidade havia recebido o título de cidadão honorário. Geisel, por sua vez, era quem possuía uma curiosa aproximação com a cidade, a começar por sua biografia (descendência [ascendência] alemã e luterana). Esteve em Joinville diversas vezes. Em 19 de outubro de 1978, próximo ao final de seu mandato, [...] inaugurou o Centro Social Urbano do Itaum (FREIRE, 2017, p. 555).

Dom Gregório, que estava entre os apoiadores de primeira hora do novo regime político, já era bastante atuante politicamente antes mesmo dos militares chegarem ao poder, em 1964:

Sob a presidência de sua Excia. Revma. Dom Gregório Warmeling se reuniram em Blumenau no dia 25 de julho na paróquia de Blumenau 70 sacerdotes. Importantes assuntos referentes à situação atual do país foram ventilados. [...] Pelas 5 horas chegaram os srs. Secretário da Segurança pública e o Delegado da Ordem Política e Social

acompanhados pelo deputado Honorato Tomelin. Os assuntos que foram ventilados diziam respeito à situação grave e agitada do país e principalmente de Santa Catarina. Foi de grande utilidade a conferência do sr. Secretário de Segurança e do sr. Delegado da DOPS e temos certeza que os Revmos. senhores vigários voltaram para as suas paróquias, mais orientados e alertados (LUZEIRO MARIANO, 1961 apud FABRÍCIO, 2011, p. 138).

Entusiasta do governo dos militares em seu início, o bispo de Joinville era o responsável pelas igrejas da cidade quando os sinos dobraram, em março de 1965, acompanhando as sirenes das fábricas na comemoração do primeiro ano da ditadura. Um ano antes, em abril de 1964, fora responsável por um dos mais enfáticos e entusiasmados discursos de saudação aos militares:

Se em outras épocas houve motivos bastantes para bater palmas à bravura das forças armadas, não menos fortes são as razões que hoje nos levam a reverenciar as Forças de Terra, Mar e Ar. E confesso o meu pecado: - Tinha perdido a minha confiança nas Forças Armadas. Não cheguei a compreender aquele silêncio irritante. Mas reafirmo hoje a minha inteira confiança às Forças Armadas pelo brilhantismo com que se portaram. Mas estou em dizer que se as Forças Armadas se levantaram, é porque já encontraram levantado e armado o espírito democrático no Brasil (WARMELING, 1964, p. 01 apud SOUZA, 1998, p. 61).

Ficou claro na fala do religioso que, para ele, havia a necessidade de um levante das FFAA, como detentoras da democracia, em oposição às agitações políticas pelas quais o Brasil passava no início da década de 1960:

Sempre que um membro eclesial, bispo ou padre se fazia presente nas comemorações do aniversário do golpe de 64, estavam assumindo publicamente que a Igreja era a favor da ditadura militar com todos os seus desmandos políticos. E não foi só a presença física dos líderes da Igreja Católica

que demonstrou sua opção pelo regime militar, o discurso destas autoridades sempre foi conservador e em defesa da moral cristã, da ordem e dos “bons costumes” (SOUZA, 1998, p. 62)

Ou seja, Dom Gregório não demonstrava um posicionamento político individual, mas agia como representante da instituição Igreja Católica, ainda mais por ser o religioso de maior importância em toda a região norte de Santa Catarina. Suas falas, portanto, eram ditas como autoridade eclesiástica e deveriam ser ouvidas e seguidas pelos fiéis.

No entanto, ao final de 1965, Dom Gregório já dava os primeiros sinais da mudança que viria. Assim como Dom Evaristo Arns, Cardeal que passou a ser visto pelos militares como um pária dentro da Igreja pela atuação em nome dos Direitos Humanos, o bispo de Joinville esteve presente nas reuniões do Concílio Vaticano II⁹, entre 1962 e 1965. Coincidências à parte, nenhum dos dois foi signatário do Pacto das Catacumbas¹⁰, em que padres e bispos, principalmente da periferia global, entre eles Dom Hélder Câmara, comprometeram-se a levar uma vida livre dos símbolos ou dos privilégios do poder, colocando os pobres como centro do trabalho sacerdotal, no entanto, cada um ao seu modo, retornaram de Roma diferentes: em São Paulo, Dom Paulo vendeu o Palácio Episcopal; em Joinville, Dom Gregório abandonou a vida no Palacete, bem como as vestes e ornamentos episcopais principescos, para viver de forma mais modesta.

⁹ O Concílio Vaticano II foi convocado no Natal de 1961, por meio da bula papal *Humanae salutis*, do Papa João XXIII, e teve início no dia 11 de outubro de 1962. Foram realizadas 4 sessões, encerradas em 8 de dezembro de 1965, já sob o comando do papa Paulo VI. O concílio contou com a participação de mais de 2000 Prelados (Padres conciliares) convocados de todo o mundo para discutir e regulamentar temas caros à Igreja Católica e que resultaram na formulação de 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações oficiais.

¹⁰ O Pacto das Catacumbas foi um documento assinado por 42 padres, em 16 de novembro de 1965, poucos dias antes do término do Concílio Vaticano II, entre eles muitos religiosos de origem latino-americana. O documento foi assim nomeado por ter sido firmado após a cerimônia da eucaristia nas Catacumbas de Domitila. Com a adesão de mais de 500 padres conciliares, os signatários comprometeram-se a levar uma vida a serviço dos pobres. Este pacto influenciou diretamente o rumo da nascente teologia da libertação. Em 27 de outubro de 1969, durante o Sínodo dos Bispos para a região pan-amazônica, o pacto foi renovado, após a celebração de uma nova Missa nas Catacumbas de Domitilla.

Na década de 1970, durante a vigência do Ato Institucional Número Cinco (AI-5)¹¹, auge da violência estatal, por meio do Destacamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹², Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)¹³ e dos Serviços de inteligência das FFAA. Em muitos casos, a igreja era o único espaço a que se recorrer por familiares de presos e desaparecidos políticos:

Um dia, ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras [...]. A primeira, ao assentar-se em minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa, dizendo: “É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo?” Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante. A senhora mais idosa me fez a pergunta que já vinha repetindo há meses: “O senhor tem alguma notícia do paradeiro de meu filho?” Logo após o sequestro, ela vinha todas as semanas. Depois reaparecia de mês em mês. Sua figura se parecia sempre mais com a de todas as mães de desaparecidos. Durante mais de cinco anos, acompanhei a busca de seu filho, através da Comissão Justiça e Paz e mesmo do Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O corpo da mãe parecia diminuir, de visita em visita. Um dia também ela desapareceu. Mas seu olhar suplicante de

¹¹ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o decreto mais violento emitido pela ditadura militar brasileira. Estabelecido no governo do ditador Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, resultou na perda de mandatos políticos, intervenções diretas do governo federal nos municípios e estados da federação, na suspensão do direito de Habeas Corpus e da institucionalização da tortura como instrumento de Estado.

¹² Criado em 30 de dezembro de 1924 e instituído pela lei nº 2034, de 17 de abril de 1928, o DOPS foi um órgão do governo muito utilizado no período do Estado Novo e, depois, da Ditadura Militar. A instituição estava estruturada por meio de delegacias, divisões ou departamentos da Polícia Civil de cada estado da federação, funcionando como uma Polícia do Estado utilizada para perseguir opositores ao governo.

¹³ Subordinado ao Exército, o DOI-CODI era um órgão de inteligência e repressão da ditadura militar, tendo como função combater os chamados inimigos internos que ameaçariam a segurança nacional. Este combate se dava pelo estabelecimento de centros de tortura e assassinato de opositores à ditadura.

mãe jamais se apagara de minha retina. Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O “desaparecido” trans-forma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrendo a última luminosidade da existência terrena. Para a esposa e a mãe, a Terra se enche de trevas, como por ocasião da morte de Jesus (ARNS, 1985, p. 11-12).

Aqueles eram os tempos de surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), quando alguns clérigos decidiram que o importante era se aproximar do povo pobre. Dom Gregório assumiu essa posição e, ao final da década de 1960, elegeu um padre recém-chegado da Suíça, onde fora ordenado, para essa função. Entrava em cena, naquele momento, a figura do Padre Luiz Facchini¹⁴.

Em 1971, Dom Gregório nomeou o Padre Facchini para a coordenação das pastorais da Diocese de Joinville, abrindo espaço para que o religioso, adepto da Teologia da Libertação¹⁵, colocasse em prática a construção das CEBs, levando a Igreja cada vez mais para perto da população marginalizada.

As eleições municipais do ano seguinte demonstraram que Dom Gregório estava no caminho político correto. Em Joinville, o deputado federal Pedro Ivo Figueiredo Campos foi eleito prefeito com 31.634 votos contra 20.905 do candidato da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹⁶ (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021). O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁷ demonstrava sua força não só em

¹⁴ Nascido em Taió, Padre Facchini estudou teologia e ordenou-se padre em 1969, na Suíça. De volta ao Brasil, celebrou sua primeira missa na cidade natal na Páscoa de 1970 e tomou posse como vigário na cidade de São Francisco do Sul. Em 1971, foi nomeado por Dom Gregório para assumir as pastorais da Diocese de Joinville. Adepto da Teologia da Libertação, fundou, em 1994, uma rede de cozinhas comunitárias que alimentariam milhares de crianças. Hoje, a fundação que leva o nome do fundador se dedica a oferecer atividades artísticas e esportivas para crianças e adolescentes carentes. Por vezes Facchini enfrentou a hierarquia da Igreja Católica na cidade, chegando a ser proibido de celebrar missas entre 2012 e 2017. Veio a falecer aos 76 anos, no dia 5 de março de 2018. Ver mais em O Mirante (2021).

¹⁵ A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, com influência direta do Concílio Vaticano II e que propõe a aproximação da Igreja aos pobres e marginalizados.

¹⁶ A ARENA era o partido que representava os interesses do governo ditatorial no Congresso Nacional Brasileiro.

¹⁷ Dentro do regime bipartidário estabelecido pela ditadura, o MDB era a oposição consentida pelo governo.

Joinville, mas em outras cidades importantes de Santa Catarina, como Lages e Blumenau. O Bispo de Joinville se aproximou da administração do município, muito influenciada por Luiz Henrique da Silveira, que seria o sucessor de Pedro Ivo no pleito seguinte e a quem Dom Gregório afirmaria, em 1979: “Sinto que lhe devo gratidão, porque o lastro de seu governo é muito maior. Admiro a sua disponibilidade, porque vejo que vive o seu município” (WARMELING, 1979, p. 02).

A administração do MDB, segundo Pedro Ivo, possuía um programa de ação “calcado no princípio básico do humanismo e a contribuição considerada essencial para a plena realização do homem” (CAMPOS, 1979, p. 02).

Ainda durante o governo de Pedro Ivo, o ditador da vez, General Geisel, visitou Joinville e participou da celebração de uma missa na Catedral diocesana, comandada por Dom Gregório. O Bispo determinara que a leitura bíblica seria realizada pelo prefeito e, por isso, foi confrontado por assessores militares: “O pessoal da ditadura falou que ele era de oposição e não podia ler. O Dom Gregório era um visionário. E disse: ‘você mandam lá e eu mando aqui’” (FACHINI, 2014). E desafiando a autoridade militar, Pedro Ivo foi autorizado a ler.

Entre os religiosos, Padre Facchini, visto como “padre vermelho”, um comunista, coordenou as pastorais até 1975, tirando do papel entre outras, a Pastoral da Terra, a da Juventude, a Operária, a da Saúde e a Carcerária. Esse trabalho intenso, levou a criação do Centro de Direitos Humanos (CDH) de Joinville, o terceiro do tipo no Brasil. Oficialmente, o CDH foi fundado em 1979, mas a organização da instituição vinha sendo gestada desde 1975 a partir das ações das pastorais. Um dos principais aspectos das CEBs era a conscientização dos trabalhadores em relação à exploração econômica que estes sofriam. Sob a coordenação do Padre Facchini e a proteção de Dom Gregório eram oferecidos por meio da Pastoral Operária, por exemplo, cursos de leis trabalhistas (DA SILVA, 2018).

A atuação de Dom Gregório fazia de Joinville uma contradição política. Ao mesmo tempo em que, junto aos trabalhadores e à população carente havia um trabalho de base que dava suporte para a emancipação daqueles fiéis, à cidade era dado o papel de espelho da ditadura:

De todas as visitas, nenhuma foi tão notória quanto às festividades do 1º de maio de 1975. Joinville tornou-se vitrine nacional. Na cidade, o governo Geisel deu visibilidade ao termômetro da distensão, após ter anunciado, no ano anterior, a abertura lenta, gradual e segura. A primeira aproximação com o operariado durante a

abertura política se deu em Joinville, onde foi preparada expressiva recepção local com a presença de milhares de populares para saudar o general-presidente. Além da presença de operários garantida pelas indústrias locais, também foi assegurado pelas escolas, um grande contingente de estudantes que agitavam bandeirinhas na chegada do general à catedral (FREIRE, 2017, p. 556).

Ainda naquele ano, Padre Facchini se afastou da coordenação das pastorais e, ao lado do irmão, o também padre João Fachini, fundou a Paróquia Cristo Ressuscitado, local em que intensificou as ações das CEBs e da Teologia da Libertação. Enquanto Dom Gregório tratava com a cúpula da Igreja e com a ala conservadora, os Facchini fortaleciam as atividades junto aos trabalhadores e aos jovens. Sempre com um discurso político voltado aos menos favorecidos. Algo que, evidentemente, desagradava ao poder militar e gerava uma forte tensão entre o governo e os religiosos:

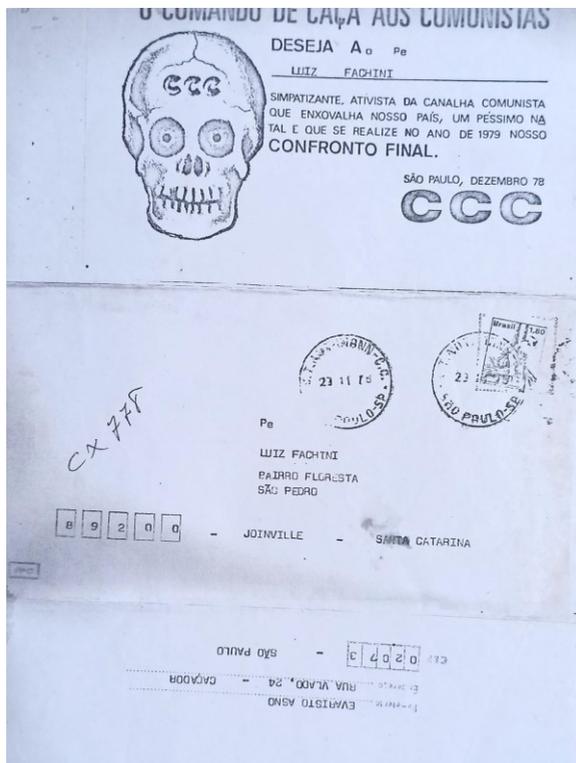
Um dia o Dom Gregório telefona pra paróquia e diz “olha vai ter um P2 aí que vai questionar vocês, vai fazer a ficha de vocês”. Aí o Luiz e eu dissemos: “o que nós podemos fazer é não entrar em contradição”. Nós não tínhamos ligação nenhuma com nenhum partido. [...]. E realmente começamos a mostrar a igreja. O homem que veio nos entrevistar estava tremendo e branco porque também era da comunidade católica daqui de Joinville. Ele dizia: “olha eu vou cumprir o meu papel porque se não vão me reprimir também”. Nós mostramos aquelas pinturas da igreja que não eram [...] sugestivas ao regime e tudo foi destruído depois. (FACHINI, 2014).

A organização dos trabalhadores na cidade de Joinville cresceu e deflagrou, no final dos anos 1970, ainda que proibida, uma greve entre os trabalhadores das indústrias químicas, e a aproximação do Padre Facchini aos grevistas o colocou na situação de caçado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC)¹⁸, como pode ser visto na Imagem 01. Julio Cesar da Silva, um dos tantos fiéis próximos à Facchini, relembra no

¹⁸ O CCC foi uma organização paramilitar de extrema direita criada em 1964, no estado de São Paulo, que apoiava a ditadura militar e que tinha como objetivo combater os movimentos de esquerda.

documentário *Lutadores da Fé* aquele momento: “E participei junto com o Luiz das missas até que fui quase padre. Na realidade era uma espécie de segurança, para o Luiz não ir sozinho para as comunidades” (DA SILVA, 2018).

Imagem 01 - Carta do CCC endereçada ao Padre Luiz Facchini em 1978

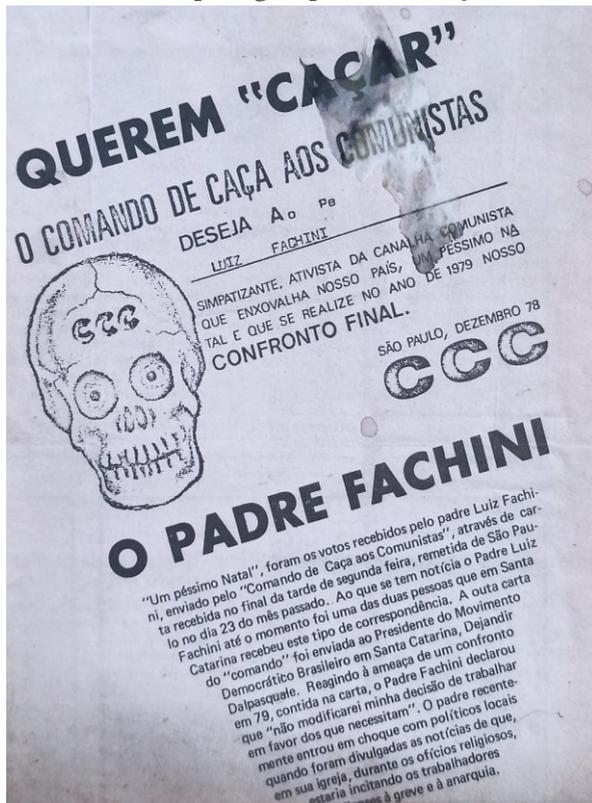


COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC) [Carta] 23 nov. 1978, São Paulo, SP [para] Padre Luiz Facchini, Joinville, SC. 1f. Ameaça de morte. In: Arquivo da Paróquia Cristo Ressuscitado. **Acervo referente ao Padre Facchini**: Arquivo da Paróquia Cristo Ressuscitado, 2014.

Na carta, recebida pouco antes do Natal de 1978, o CCC chamava o Padre Facchini de “simpatizante ativista da canalha comunista” e ameaçava o religioso de morte, afirmando que, em 1979, ocorreria o encontro final entre o grupo de extrema

direita e o representante da Igreja Católica. O documento foi publicado no Jornal *Extra* como aparece na imagem 02, na edição de 06 a 08 de Dezembro de 1978.

Imagem 02 - Trecho de reportagem publicada no Jornal *Extra*, em 1978



EXTRA. Querem caçar o Padre Fachini. *Extra*. Joinville, ano 01, 06 a 08 de dezembro de 1978.

O jornal informa que, além do Padre Fachini, outra figura pública catarinense que recebera ameaças do CCC, fora o presidente do MDB no estado, Dejanir Dalpasquale. Ainda de acordo com o *Extra*, em entrevista, Fachini afirmou que não modificaria a decisão de “trabalhar em favor dos que necessitam” e pouco antes de receber a carta, teria entrado “em choque com políticos locais quando foram divulgadas as notícias de que em sua igreja, durante os ofícios religiosos, estaria incitando os trabalhadores joinvilenses à greve e à anarquia”.

Novamente entrou em cena a figura de Dom Gregório. O Bispo, que manteve o apoio a Facchini enquanto esse colocava em prática a Teologia da Libertação, por meio das CEBs e das pastorais, garantiu que o padre que estava sob sua tutela não sofresse nas mãos da ditadura: “Éramos denominados comunistas, vermelhos etc. O fato real foi que um dia o Dom Gregório falou pra mim: ‘sai daqui hoje que querem te matar’. Aí decidi ir para a Suíça, onde fiz o mestrado em teologia” (FACCHINI, 2014). Padre Luiz Facchini escapou para a Europa graças a ação de Dom Gregório que percebeu que a situação estava ficando insustentável para o seu subordinado na hierarquia clerical.

Ainda que sem a sua principal liderança junto à população, Dom Gregório continuou agindo para garantir o andamento das ações das CEBs na cidade. Em 1º de agosto de 1979, o Jornal *A Notícia* publicou uma nota da metalúrgica Schulz, uma das maiores empresas da cidade à época, imputando à Pastoral Operária (PO) a acusação de distribuir panfletos mentirosos em que eram feitas denúncias contra a fundição por não garantir as condições necessárias de segurança aos trabalhadores. Dom Gregório, imediatamente respondeu em nome de toda a diocese defendendo os fiéis integrantes da PO. Em nota, publicada no dia 26 daquele mês, o bispo afirmava que:

A Pastoral Operária é uma pastoral ao lado de todas as demais credenciadas e assumida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. [...] Sem nenhum paternalismo entendemos que é nossa obrigação marcar presença evangelizadora no mundo operário se quisermos ser fiéis a Jesus Cristo [...]. Diante disso, é nossa intenção desenvolver no operário a consciência de sua dignidade de pessoa humana [...]. É certo que se torna necessária e urgente uma mudança das estruturas vigentes. São injustas porque alguns sempre têm mais e outros sempre menos. O pequeno está sendo esmagado. [...] Todo homem tem direito de organizar sindicatos e neles ingressar para proteção dos seus interesses (WARMELING, 1979 apud SILVA; MORAES, 2019 p. 11).

Em 1977, chegou ao poder o prefeito Luíz Henrique da Silveira, pelo MDB, com quem o Bispo manteve a proximidade política nos anos seguintes em oposição ao governo ditatorial que perdurou ainda por quase uma década.

Considerações finais

Apesar de se dizer arrependida da carta em apoio ao Golpe de 1964, a CNBB nunca reconheceu a cooperação da Igreja Católica, enquanto instituição religiosa e política, como pilar da ditadura militar. É fato que a participação do alto clero era um apoio necessário ao regime. Os religiosos possuíam sob seu comando a grande massa de brasileiros que viam nos padres figuras de poder e sabedoria. No entanto, é impossível, também, dissociar a resistência à ditadura da participação desses religiosos. Pessoas como Dom Gregório Warmeling, que utilizaram do poder atribuído pela batina para combater a violação dos Direitos Humanos, foram fundamentais para o retorno à democracia.

Uma instituição, como bem afirmou Dom Helder, que construiu seus quadros religiosos a partir de uma visão absolutamente conservadora e radical em relação aos grupos de esquerda, não tinha como ser diferente. Ou seja, a Igreja Católica de meados do século XX, distante do povo e próxima das elites, não havia de ser outra senão a da ditadura. No entanto, as transformações políticas advindas do Concílio Vaticano II, bem como a aproximação de padres e bispos às comunidades carentes Brasil afora tornaram-se o ponto de inflexão no modo de agir de centenas de religiosos espalhados pelo país. Some-se a isso, o advento da Teologia da Libertação, que pregava uma Igreja para o povo, e o avanço das Comunidades Eclesiais de Base, que transformavam as igrejas em espaços de luta e aprendizado sobre o acesso aos direitos individuais e coletivos e às políticas públicas.

No pior dos cenários, o da violência e repressão do Estado, surgira uma nova Igreja, capaz de fazer frente ao governo e de se opor às violações dos direitos humanos cometidas pelos militares no poder.

Decisivo para isso, no entanto, foi a mudança de lado de alguns religiosos. Quando vemos Dom Paulo Evaristo Arns se regozijar com a coluna do General Mourão Filho, ou com Dom Gregório Warmeling celebrando missas em homenagem aos militares, é preciso levar em consideração o período histórico e compreender que, naquele momento, esperar algo diferente de quem estava no seio da Igreja, seria agir de forma anacrônica. Da mesma forma, é preciso reconhecer que aqueles religiosos que ocupavam altos cargos no clero brasileiro e que permaneceram ao lado da ditadura, mesmo em meio ao AI-5, ou estavam muito mal-informados ou agiram de má fé para a manutenção do status quo.

Cabe aqui refletir sobre o papel que o religioso teve no enfrentamento à ditadura. Permitir que um de seus padres atuasse livremente sob o modelo de igreja proposto pela Teologia da Libertação, agindo na periferia, junto à comunidade e participando da organização dos trabalhadores fabris, depositava sobre os ombros de Dom Gregório a responsabilidade de aguentar a pressão exercida pelo Estado e pela elite econômica da cidade.

Dom Gregório foi audacioso ao não se curvar à imposição dos militares para que o prefeito Pedro Ivo Campos, de oposição ao regime, fosse impedido de fazer a leitura bíblica frente ao Ditador General Ernesto Geisel. A propaganda preparada pelo regime para demonstrar que mantinha o Brasil sob rédeas curtas e que, apesar do horizonte democrático proposto pela abertura política, havia no país um sentimento de cooperação e simpatia pelas FFAA, não foi completamente realizada graças ao posicionamento do bispo de Joinville.

Assim como Dom Paulo pautou a luta pelos direitos humanos no Brasil a partir do Projeto Brasil Nunca Mais, a atuação de Dom Gregório contribuiu, ainda que de forma indireta, para a criação do Centro de Direitos Humanos (CDH) Maria da Graça Bráz, em 11 de março de 1979, na mesma cidade em que o General Médici visitou para aproveitar o período de férias.

Dito isso, é possível afirmar que se a discussão sobre direitos humanos pode avançar muito no país, em grande medida, deve-se a participação de religiosos como Dom Gregório Warmeling que se dispuseram a enfrentar o Estado brasileiro em seu momento de maior violência.

Referências

- ARNS, D. Paulo Evaristo. (Org.). *Um relato para história: Brasil nunca mais*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BRANDI, Paulo. *Verbetes: Plano Cohen*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/plano-cohen>> acessado em: 26/01/2021a.
- CAMPOS, Pedro Ivo. *Administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues: depoimento [1979]*. Entrevistador: Jornal Extra. Entrevista concedida ao Jornal Extra para a matéria 2 anos administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues (01 Fev. 1977 a 01 Fev. 1979). Joinville O Povo Governa e constrói seu futuro.
- CNBB. Plano de emergência para a Igreja do Brasil. *Cadernos da CNBB*, nº 1, São Paulo: Paulinas, 1962.
- _____. Manifesto dos Bispos. In: MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 244-247.
- _____. *CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar*. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/>> acessado em: 20/07/2021.
- COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC) [Carta] 23 nov. 1978, São Paulo, SP [para] Padre Luiz Facchini, Joinville, SC. 1f. Ameaça de morte. In: Arquivo da

- Paróquia Cristo Ressuscitado. *Acervo referente ao Padre Fachini*: Arquivo da Paróquia Cristo Ressuscitado, 2014.
- DA SILVA, Fernanda Eliza. *Lutadores de fé: A história da CEB no Floresta*. (28m11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Nu7l3yb2Gw&t=1133s>> acessado em: 02 fev. 2021.
- EXTRA. Querem caçar o Padre Fachini. *Extra*. Joinville, ano 01, 06 a 08 de dezembro de 1978.
- FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo. (Blumenau 1960-1964)*. 2011 173p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2011.
- FACHINI, João. *João Fachini*: depoimento [2014]. Entrevistador: Comissão Municipal da Verdade. Entrevista concedida à Comissão Municipal da Verdade.
- FACCHINI, Luiz. *Luiz Fachini*: depoimento [2014]. Entrevistador: Comissão Municipal da Verdade. Entrevista concedida à Comissão Municipal da Verdade.
- FGV-CPDOC. *Verbete*: Mourão Filho, Olímpio. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mourao-filho-olimpio>> acessado em: 26/01/2021.
- FREIRE, Izaias de Souza. Uma cidade e a utopia autoritária. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, 2º sem. 2017, p. 553-563.
- LANZA, Fabio. Igreja Católica e Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar. In SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADE E CULTURA, 2, 2006, Dourados, MS, *Anais...* Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>> acessado em: 01/02/2021, p. 01-12.
- O MIRANTE. *Morre o Padre Luiz Fachini, fundador das cozinhas comunitárias*. Disponível em: <<https://omirantejoinville.com.br/2018/03/05/morre-padre-luiz-fachini-fundador-das-cozinhas-comunitarias/>> acessado em: 02/02/2021.
- SILVA, Fernanda Eliza da; MORAES, Marília Crispi de. Silêncios do Jornal A Notícia acerca da resistência das CEBs frente à Ditadura Militar entre 1975 e 1980. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 20, 2019, Porto Alegre, RS, *Anais...* Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0694-1.pdf>> acessado em: 20/07/2021.
- SOUZA, Sirlei de. *Ecos de resistência na desconstrução da ordem*: uma análise da Revolução de 64 em Joinville. 1998. 145. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa

de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos 10º volume: Eleições Municipais realizadas em 1972, 1988, Brasília. Biblioteca do TSE. *Arquivo digital da Câmara dos deputados*, 2021. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13042>> acessado em: 01/02/2021.

VELOSO, Verônica. *Verbetes: Helder Pessoa Camara*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/helder-pessoa-camara>> acessado em: 28/01/2021.

WARMELING, Dom Gregório. *Administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues: depoimento* [1979]. Entrevistador: Jornal Extra. Entrevista concedida ao Jornal Extra para a matéria 2 anos administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues (01 Fev. 1977 a 01 Fev. 1979). Joinville O Povo Governa e constrói seu futuro.